

O Programa Criança Feliz

Ministério da Cidadania
Secretaria Especial do Desenvolvimento Social
Secretaria Nacional de Atenção à Primeira Infância
Departamento de Atenção à Primeira Infância

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

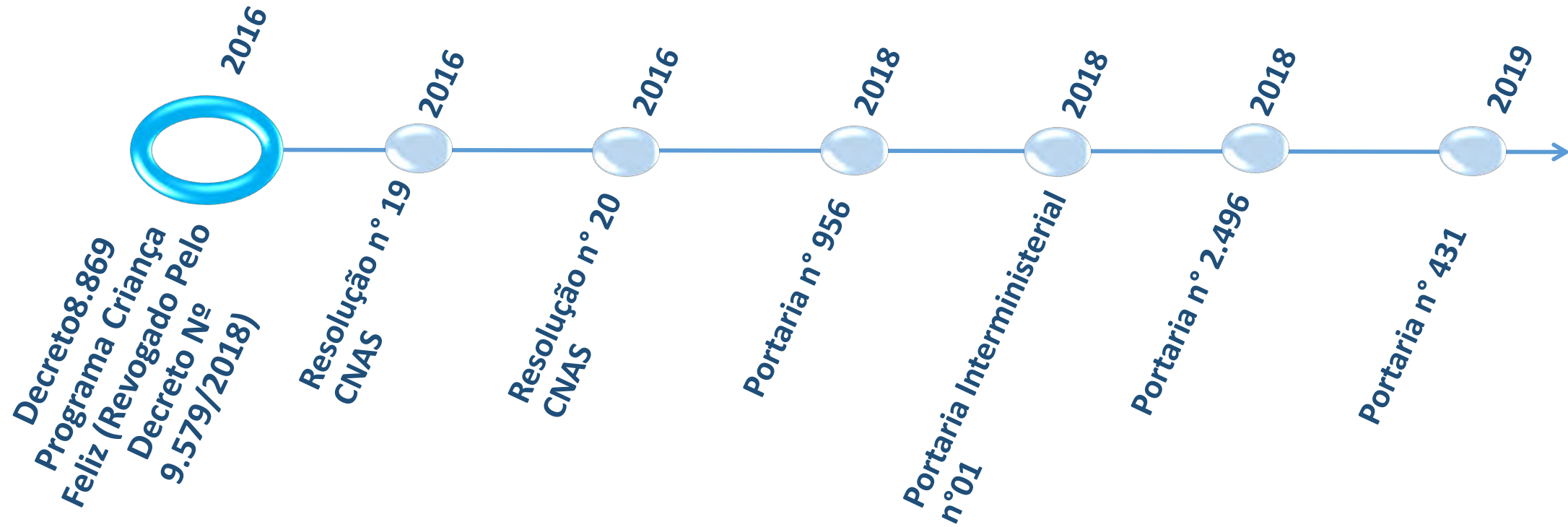
OBJETIVO DA AULA

Compreender os objetivos e demais aspectos que envolvem a execução do Programa Criança Feliz.

APRESENTAÇÃO DO VÍDEO “COMEÇO DA VIDA/TRAILER”



BASES LEGAIS PROGRAMA CRIANÇA FELIZ



O QUE É O PCF?



O Programa Criança Feliz (PCF) instituído pelo Governo Federal por meio do Decreto nº 8.869, de 5 de outubro de 2016, e consolidado pelo Decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2018, com a finalidade de promover o desenvolvimento integral das crianças na primeira infância, considerando sua família e seu contexto de vida. As ações do Programa se desenvolvem por meio de visitas domiciliares que buscam envolver ações intersetoriais com as políticas de Assistência Social, Educação, Saúde, Cultura e Direitos Humanos.

O Programa Criança Feliz



- ✓ Atua para fortalecer a trajetória brasileira de enfrentamento da pobreza com redução de vulnerabilidades e desigualdades;
- ✓ Potencializa a integração do acesso à renda com inclusão em serviços e programas;
- ✓ Renova os compromissos do Brasil com a atenção às crianças com deficiência beneficiárias do BPC e suas famílias e também às crianças privadas do convívio familiar, acolhidas em serviços de acolhimento, e suas famílias.

O Programa Criança Feliz

CURSO



BÁSICO
DO PROGRAMA
CRIANÇA FELIZ

Para a efetivação do programa no território, são necessárias ações voltadas para os dois pilares do Criança Feliz: Visita Domiciliar e Integração das Políticas Públicas.

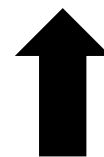
É de suma importância que você rememore os conceitos e orientações trazidas no Curso Básico do Programa Criança Feliz para melhor entendimento desta aula.

Caso não tenha realizado o “Curso Básico do PCF”

PROGRAMA CRIANÇA FELIZ



VISITAS
DOMICILIARES



INTEGRAÇÃO
DAS POLÍTICAS
PÚBLICAS

PILARES DO PROGRAMA

Modelo de Governança



Ação intersetorial e integrada das políticas voltadas para a criança

Pacto interfederativo

União, Estados e Municípios



**Redes de
proteção e
cuidado no
território
fortalecidas**

RESPONSABILIDADE DOS ENTES

Para que ocorra a implementação, cada esfera do governo possui responsabilidades específicas com o programa. A seguir podemos identificar algumas delas de acordo com o ente federado e a especificidade da ação. Para saber mais você pode acessar as normativas do programa clicando [Resolução 19/2016](#) e [Portaria 956/2018](#)

Apoio técnico:

- **UNIÃO:** Prestar Apoio Técnico e Metodológico para a gestão, implementação, desenvolvimento de ações e de monitoramento do Programa;
- Estado: **Designar** equipe técnica composta por coordenador e multiplicadores;

Formação e qualificação:

- **UNIÃO:** Elaborar Metodologia e Material Didático e orientar capacitação de multiplicadores, supervisores e visitadores;
- **Estados:** Proporcionar a formação da equipe de multiplicadores; Capacitar Supervisores para a formação dos Visitadores em seus municípios; Assegurar o uso do Material Didático e a Metodologia do Programa;
- **Municípios:** Participar de capacitação do Programa (Supervisores e Visitadores); Assegurar o uso material didático e a metodologia do Programa;

RESPONSABILIDADE DOS ENTES

INTERSETORIALIDADE:

- UNIÃO: Formular o **Plano de Ação Nacional de Implantação** do Programa Criança Feliz;
- Estados: **Constituir** um Comitê Gestor Estadual; Formular **Plano de Ação intersetorial anual**;
- Municípios: **Planejar e coordenar** as ações do Programa de sua responsabilidade; Realizar ações de **mobilização intersetorial** no âmbito municipal;

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO:

- **União: Monitorar e Avaliar** o impacto do Programa.
- Estados:
- Municípios: **Monitorar o desenvolvimento das ações** do Programa em âmbito local e presta informações à União e ao estado; **Assegurar o Registro** das visitas e alimentar sistema federal de monitoramento do Programa; **Prestar informações** para fins de avaliação do Programa sempre que solicitado;

(Resolução nº19/2016, Portaria nº 956/2018 e Portaria 431/2019)

QUEM É O PÚBLICO PRIORITÁRIO DO PROGRAMA?

1. Gestantes, crianças até trinta e seis meses e suas famílias inseridas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal;
2. Crianças até setenta e dois meses e suas famílias beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada - BPC; e
3. Crianças de até setenta e dois meses afastadas do convívio familiar em razão da aplicação de medida de proteção prevista no art. 101, caput, incisos VII e VIII, da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e suas famílias.



Mas atenção!!

Crianças afastadas do convívio familiar ainda não são atendidas pelo PCF.

Devido a especificidade deste público o Ministério está elaborando uma metodologia de atendimento específica.

Aguarde orientações da equipe nacional

AS FASES DE EXECUÇÃO DO PCF

Implantação

Quem são e qual o perfil dos profissionais da equipe municipal do PCF?

Coordenador (opcional*)	Supervisor (obrigatório)	Visitador (obrigatório)
Ensino superior completo	Técnico de nível Superior: - Conforme Resolução CNAS nº 17/2011	Técnico de nível médio: - Conforme Resolução CNAS nº 09/2014; - Conforme Resolução CNAS nº 17/2011
Experiência administrativa; Conhecimento na área social, Disponibilidade; Habilidades de liderança, comunicação e sistemas	Preferencialmente Psicólogo, Assistente social, Sociólogo, Antropólogo, Economista Doméstico, Terapeuta Ocupacional, Pedagogo e Musicoterapeuta	Educador social ou orientador social

* Não há legislação específica que exija que os municípios contratem profissional para desempenhar essa função. No entanto, alguns municípios, em especial os que apresentam quantitativo alto de metas pactuadas, apresentam essa figura em sua equipe, com o objetivo de aprimorar as ações de articulação nos territórios e apoiar as equipes de Supervisores e Visitadores.

AS FASES DE EXECUÇÃO DO PCF

Implantação

Equipe municipal do PCF

A norma que alterou a Portaria nº 2.496, em seus artigos 14º e 15º dispõe sobre o quantitativo de profissionais que devem compor as equipes do PCF no âmbito municipal. O número de profissionais varia de acordo com a meta pactuada pelo município, respeitando as proporcionalidade:

1. Um visitador para cada trinta e quatro beneficiários do PCF integrantes da meta aceita; e
2. Um supervisor para até quinze visitadores



AS FASES DE EXECUÇÃO DO PCF

Implantação

Composição da equipe municipal do PCF

Como está estabelecido, a composição das equipes do PCF deve obedecer a proporcionalidade previstas nas normativas considerando como referência os profissionais dedicados quarenta horas exclusivamente ao Programa.

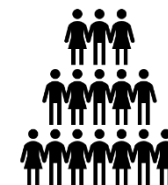
Para melhor elucidar a questão, o “Manual de Gestão Municipal do PCF” apresenta algumas situações que explicitam as possibilidades de composição da equipe, com demonstração da carga horária, e as possibilidades de alcance das metas de atendimento.

Quanto visitantes podem estar vinculados a um supervisor?

Se SUPERVISOR de 20h/semana: Até 8 visitantes se 20h semanais*

Se SUPERVISOR de 30h/semana: Até 12 visitantes se 30h semanais*

Se SUPERVISOR de 40h/semana: Até 15 visitantes se 40h semanais*



*Portaria 547 de 23 de dezembro de 2020

AS FASES DE EXECUÇÃO DO PCF

Registro da Equipe no CadSUAS e Sistema e-PCF

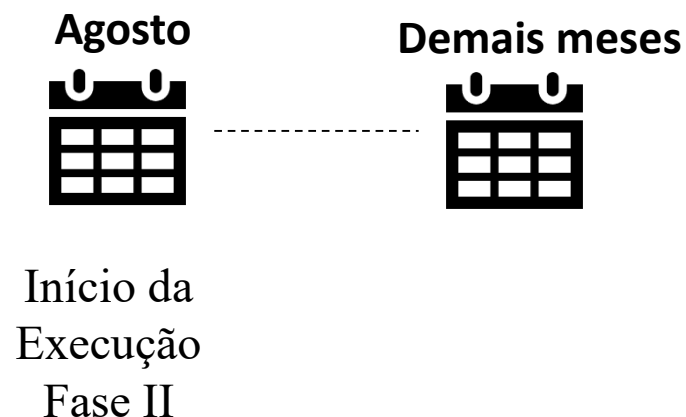
- Com a equipe contratada, é necessário incluí-la no Sistema Eletrônico do Programa Criança Feliz (e-PCF), que é o instrumento utilizado para registro das informações básicas relativas a gestão local, aos atendimentos e acompanhamentos realizados junto aos beneficiários e suas famílias.
- Para utilização deste sistema, é necessário que os profissionais realizem algumas ações que antecedem o seu uso. Inicialmente, os profissionais precisam estar inseridos no Cadastro do SUAS que comporta todas as informações cadastrais dos órgãos gestores de Assistência Social, das unidades prestadores de serviços socioassistenciais, dos fundos de Assistência Social, dos Conselhos de Assistência Social e dos trabalhadores e conselheiros que atuam no âmbito do SUAS.

Fique tranquilo! Abordaremos o passo a passo
do Sistema e-PCF na Aula 9

AS FASES DE EXECUÇÃO DO PCF

Execução Fase II

Essa fase inicia a partir do 8º mês de adesão.



Nesta fase espera-se que o município :

- Realize as visitas domiciliares, de acordo com a periodicidade estabelecida para o Programa e, de acordo com a meta pactuada;
- Registre as Visitas Domiciliares no Sistema Eletrônico do Programa Criança Feliz;
- O repasse está associado a composição da equipe e início da visitas domiciliares. Consulte Portaria 2.496/2018 para saber mais.

AS FASES DE EXECUÇÃO DO PCF

Artigo 1º: Suspensão do financiamento

CrITÉRIOS para avaliação

- Após 12 meses de atuação municipal na Fase Execução II

Condição observada:

- Acúmulo de recursos em conta sem execução financeira por longo período
- Orçamento PCF em 2020: **391 milhões**
- Saldo Brasil em 31/12/2020: = **R\$ 135.077.254,95**
- 1/3 do orçamento anual
- Mediante a execução financeira e a alteração dos valores considerando as regras por porte municipal, as transferências voltam a serem executadas
- § 3º - *necessita de uma melhor regulamentação_vistas pela SNAPI*

Objetivo: promover o investimento no desenvolvimento do Programa



Para municípios que se encontram na Fase II há pelo menos 12 meses e que possuem saldo em conta de acordo com as especificações, a Portaria nº 574, 23/12/2020 suspende o financiamento desses município até que as condições apresentadas pela portaria cessem.

Portaria nº 574, 23/12/2020

Artigo 2º - Composição das Equipes

Dados:

- 74% dos municípios tem meta pactuada até 350 com profissionais de 40h

Aplicação da regra: (i) processual; (ii) no primeiro semestre 2021; (iii) com acompanhamento e orientação no processo; (iv) sem aplicação e reflexo no financiamento no período

Objetivo: promover melhores arranjos para atuação no território

Preocupações declaradas: redução salarial mediante redução de carga horária – responsabilidade do ente municipal.

ONDE COMEÇA A PARTICIPAÇÃO DO SUAS NA PRIMEIRA INFÂNCIA

Proteção Social Básica

- ✓ Serviço de Proteção e Atendimento à Família
- ✓ Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
- ✓ Serviço no Domicílio

CRAS e
Unidades
Referenciadas

GESTÃO NO TERRITÓRIO PARA UMA ATUAÇÃO CONJUNTA ENTRE SUAS E PCF

Busca Ativa



A coordenação do CRAS pode planejar em conjunto com a equipe do PCF e PAIF as formas de acesso das famílias com perfil do Programa.

GESTÃO NO TERRITÓRIO PARA UMA ATUAÇÃO CONJUNTA ENTRE SUAS E PCF

Conhecendo as famílias

A - Estudo do perfil das famílias pode ser feito a partir dos dados do CADÚnico

B - Conhecer as demandas de famílias incluídas no BPC e do Programa Bolsa Família, conforme território de referência dos CRAS

C - Levantamento de outras informações no âmbito da vigilância socioassistencial relacionados ao atendimento em outros serviços, tanto na proteção social básica como especial

D - Definir a capacidade de atendimento da equipe do Programa e as formas de mobilização e acesso das famílias

ACOMPANHAMENTO DAS CONDICIONALIDADES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

- A equipe PCF poderá trabalhar em parceria com a equipe do PAIF, com o intuito de auxiliar as famílias no cumprimento das condicionalidades;
- A atuação do visitador terá caráter mediador no acompanhamento família, para que esta, continue ter acesso ao benefício do PBF.

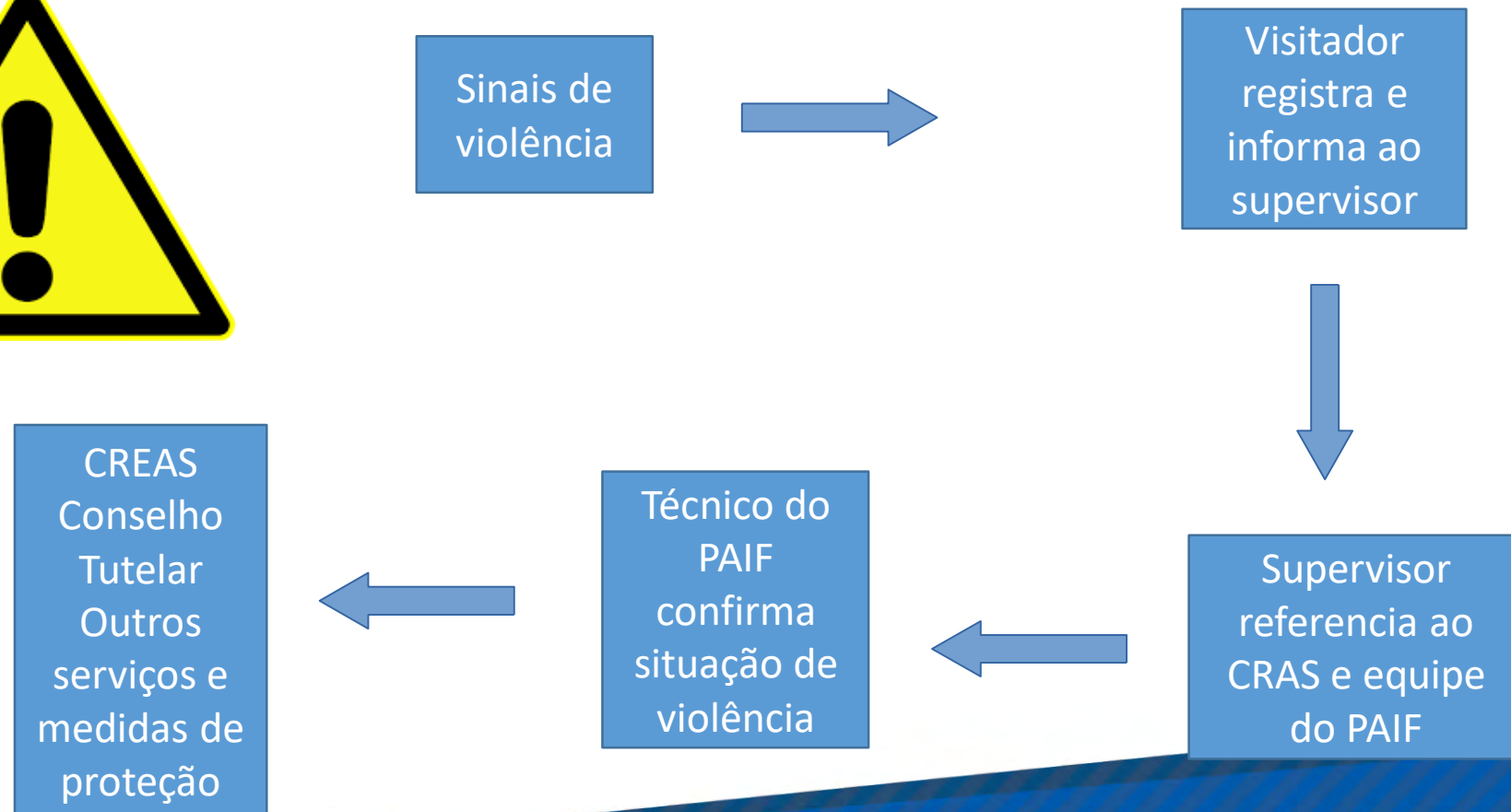
Proteção Social Especial de Média Complexidade

- ✓ Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
- ✓ Serviço Especializado em Abordagem Social
- ✓ Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativa de LA e PSC
- ✓ Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias
- ✓ Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua

CREAS e
Unidades
Referenciadas

Centro Pop

PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL E A PROTEÇÃO DAS CRIANÇAS CONTRA TODAS AS FORMAS DE VIOLÊNCIA



Proteção Social Especial de Alta Complexidade

- ✓ Serviço de Acolhimento: Institucional; República e Família Acolhedora
- ✓ Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências

Unidades de
Acolhimento

Ampliando os Estudos e evidências

Estudos no campo das neurociências mostram que a **comunicação** dos pais ou responsáveis com as crianças na primeira infância e a **sensibilidade** às suas necessidades tem papel importante no **desenvolvimento cerebral**.

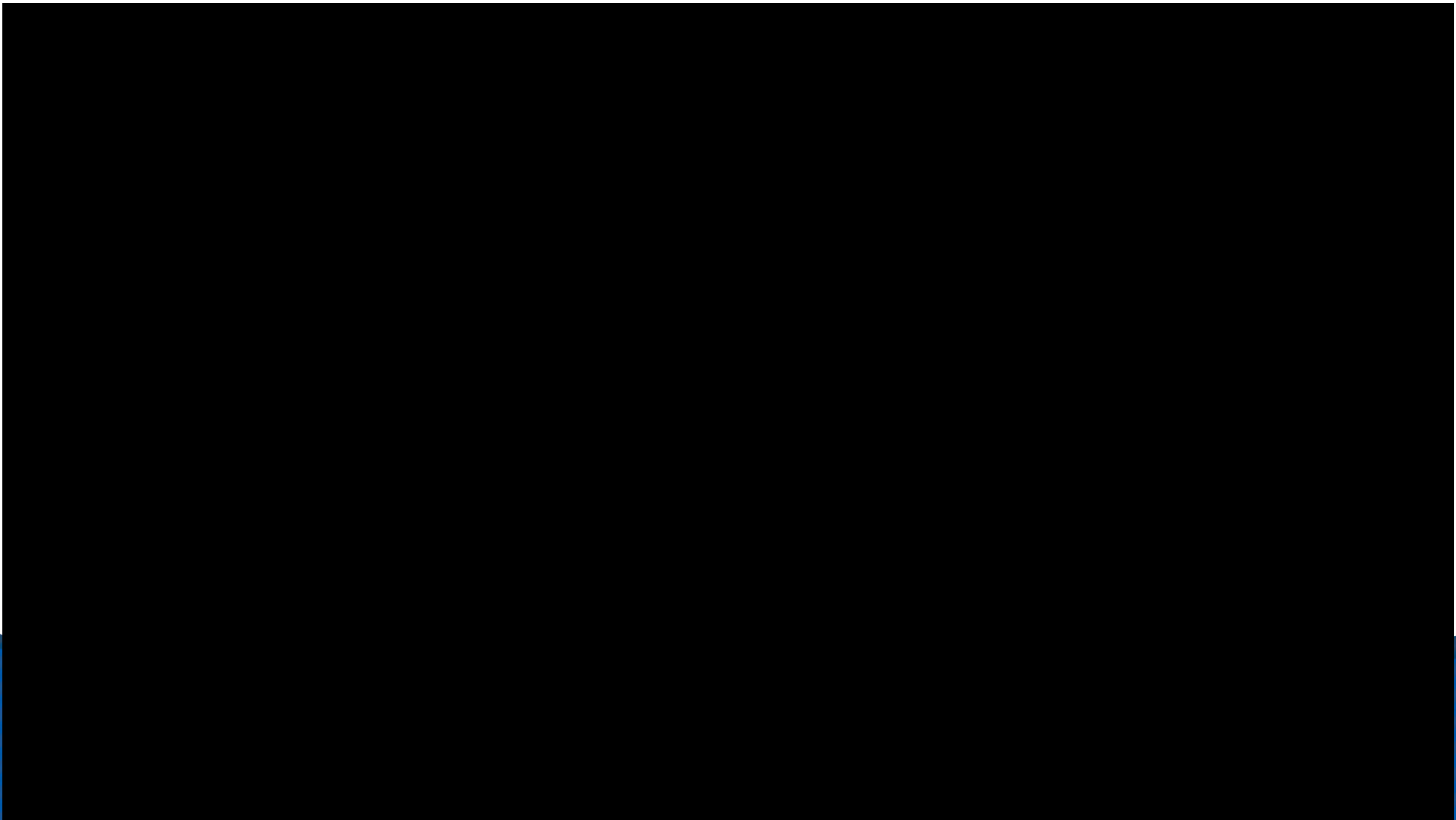
As **condições adversas** podem trazer vivências com impactos negativos ao Desenvolvimento Infantil



APRESENTAÇÃO DO VÍDEO

“Construir a competência dos Adultos”





REFLETINDO



A partir do que sabemos do papel dos profissionais que atuam no Programa Criança Feliz e associado ao que foi visto no vídeo anterior, é possível afirmar que os supervisores e visitantes do PCF contribuem com a construção de competências dos adultos.

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL